

GUIA DE ORIENTAÇÕES



PEDAGÓGICAS

Araguatins – Tocantins
2021

Prefeito Municipal

Aquiles Pereira de Sousa

Secretária Municipal de Educação

Doralice Sousa Dantas

Presidente do Conselho Municipal da Educação

Jaumineide Oliveira dos Santos Soares

Equipe de Supervisores

Eliene Ferreira da Silva

Gildenice Gonçalves Pereira

Laelia Coelho Costa Moreira

Maria Aparecida Martins da Silva Nogueira

Maria Cleni Albuquerque Castro

Maristela dos Santos Mousinho

Miliana Augusta Pereira Sampaio

Sirleide Lopes Martins

Vanessa Pereira Costa

Vania Nogueira Delfino

Zelina Mendes Bueno Pereira

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	5
2. CALENDÁRIO ESCOLAR PEDAGÓGICO.....	6
3. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	6
4. PLANEJAMENTO DO ANO LETIVO.....	7
5. AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA	8
6. PLANEJAMENTO DAS AULAS	9
7. CONSELHO DE CLASSE PEDAGÓGICO.....	11
08. ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA OFERTADA NA REDE MUNICIPAL	12
8.1 EDUCAÇÃO INFANTIL.....	12
8.2 O ENSINO FUNDAMENTAL I e II NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	14
9. MODALIDADES DE ENSINO OFERTADA NA REDE MUNICIPAL.....	16
9.1 EJA - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	16
9.2 EDUCAÇÃO ESPECIAL	16
10. FORMAÇÕES	17
10.1 FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO	17
10.2 DOCUMENTO CURRICULAR DO TOCANTINS – DCT.....	18
10.3 REDE COLABORAÇÃO	18
11. PROGRAMAS	20
11.1 TEMPO DE APRENDER	20
11.2 EDUCAÇÃO CONECTADA	20
11.3 NOVO MAIS EDUCAÇÃO.....	20
11.4 JEPP – JOVENS EMPREENDEDORES PRIMEIROS PASSOS.....	21
11.5 OBMEP – OLIMPÍADA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS	22
11.6 OLIMPIADAS DE LINGUA PORTUGUESA.....	22

12	SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO - SEMED	23
13	REFORÇO ESCOLAR	24
14.	COMPETE À SUPERVISÃO ESCOLAR	24
15.	COMPETE ÀS UNIDADES ESCOLARES.....	25
16.	COMPETE AO PROFESSOR	26
17.	AO FINAL DE CADA ANO ESPERA-SE DO ALUNO DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS:	26
	REFERÊNCIAS.....	27
	ANEXOS	28

1. APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação apresenta o Guia de Orientações Pedagógicas para o ano letivo de 2021, objetivando a garantia de uma aprendizagem de qualidade para todos os alunos.

O Guia de Orientações Pedagógicas norteará a equipe da SEMED e Unidades Escolares quanto à organização das atividades, considerando o Calendário Escolar, a Estrutura Curricular, BNCC e Documento Curricular do Tocantins (DCT) que serão referência para elaboração dos planos de aulas da Educação Infantil, Anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental e o Referencial do Estado do Tocantins para EJA.

É do conhecimento de todos que desde março de 2020, o mundo foi acometido pela pandemia da COVID-19 e, a partir de então as aulas, que eram presenciais passaram a ser ministradas de forma remota, necessitando que todos os servidores se reinventassem e se adaptassem a um novo modelo de aulas dispendo da tecnologia como principal ferramenta. Inicialmente a intenção da Rede Municipal era o fortalecimento de vínculos entre a escola, alunos e famílias, no entanto, com o avançar dos meses, fez-se necessário retomar os objetos do conhecimento essenciais de cada ano em cada componente curricular em consonância com o Documento Curricular do Tocantins - DCT.

Em 2021, em caráter emergencial faz-se necessário dar continuidade ao modelo de aulas remotas no primeiro bimestre, considerando o boletim epidemiológico da Secretaria de Saúde e a falta de adequação das Unidades Escolares em relação ao protocolo de segurança ao retorno das aulas presenciais englobando os Equipamento de Proteção Individual - EPI e Equipamento de Proteção Coletivo - EPC. A Secretaria de Educação está analisando a possibilidade de retomada gradativa das aulas presenciais a partir do segundo bimestre.

É fundamental que todos os profissionais envolvidos nesse processo, conheçam e se apropriem com clareza de todas as orientações apresentadas neste documento.

A Secretaria Municipal de Educação se coloca à disposição para fazer possíveis esclarecimentos e, sugestões podem ser solicitadas ou enviadas através dos grupos de whatsApp de gestores e coordenadores e e-mail institucional: supervisao@semedaraguatins.com.br. **Sucesso e bom trabalho a todos!**

2. CALENDÁRIO ESCOLAR PEDAGÓGICO

O Calendário Escolar orienta a organização das atividades de todas as Escolas da Rede Municipal, conforme a proposta de trabalho da SEMED. É um documento para a Unidade Escolar garantir todos os tempos pedagógicos, assegurando o cumprimento dos 200 dias letivos da carga horária estabelecida para cada etapa e modalidade de ensino.

O calendário da rede Municipal atende as especificidades da Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos.

Para fazer **qualquer alteração no Calendário Escolar** só com envio de ofício antecipadamente. Após o recebimento da solicitação, o responsável pelo setor de Inspeção Escolar fará uma análise e juntamente com a Secretária Municipal decidem a aprovação ou não, sempre de acordo com o Conselho Municipal de Educação.

3. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Toda escola tem objetivos a alcançar e metas a cumprir. O conjunto dessas aspirações, bem como os meios para concretizá-las, é o que dá forma e vida ao Projeto Político Pedagógico - PPP. As próprias palavras que compõem o nome do documento, o definem.

- É **projeto** porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo.
- É **político** por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir.
- É **pedagógico** porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

Ao juntar as três dimensões, o PPP ganha força de um guia, aquele que indica a direção a seguir não apenas para gestores e professores, mas também funcionários, alunos e famílias. Ele precisa ser completo o suficiente para não deixar dúvidas sobre essa rota e flexível o bastante para se adaptar às necessidades de aprendizagem dos alunos. Por ter informações relevantes, o PPP se configura numa ferramenta de

planejamento e avaliação em que todos os membros da equipe gestora e pedagógica devem consultar a cada tomada de decisão.

Portanto, faz-se necessário atualizar o PPP anualmente, adequando ao momento vivenciado pela pandemia da COVID-19. É necessário ainda avaliar as ações e o cumprimento das mesmas.

Importante:

- Inserir no PPP oficinas e palestras para pais, professores, alunos e comunidade, *on line* e/ou presencial, conforme a realidade de cada unidade escolar;
- Garantir abordagens de ensino, *on line* e/ou presencial, voltadas para o resgate dos valores éticos e culturais;
- Resgatar o civismo nas atividades escolares;
- Observar os Prêmios, Projetos e Concursos – Nacionais, Estaduais e Municipais para planejar a participação da escola e garantir registro no PPP;
- Garantir no PPP as ações e recursos para a preparação dos alunos para as avaliações externas tais como: Prova Brasil e SAETO, caso aconteçam no período pandemia;
- Incluir ações de Educação Ambiental (coleta seletiva, escola sustentável e outros) bem como as ações do ICMS AMBIENTAL enviadas pela SEMED, conforme viabilidade das aulas remotas;
- Garantir ações referentes ao processo de ensino e aprendizagem com foco também em ações do Programa Novo Mais Educação e Programa Direito de aprender quando estes estiverem em vigência.
- Garantir ações de alimentação saudável;
- Garantir ações voltadas para Educação Especial e Inclusão.

4. PLANEJAMENTO DO ANO LETIVO

O ano letivo 2021 iniciará em 01 de fevereiro com acolhida dos servidores e distribuição da carga horária nas escolas. No dia 02, a Secretária de Educação, Professora Doralice Sousa Dantas, via google meet - *on line*, fará pronunciamento de abertura, seguida de palestra intitulada: Ensino remoto: o que muda nas práticas pedagógicas, com a Professora Doutora Eliane Marques. No turno vespertino, a

equipe da Supervisão apresentará o Guia de Orientações Pedagógicas aos Gestores e Coordenadores Pedagógicos. Os demais dias da semana serão destinados ao planejamento e reuniões internas nas escolas.

Cada Equipe Escolar deverá organizar momentos para divulgação do Calendário Escolar, reuniões para reformulação do PPP, conhecimento da turma para o ano, planejamento das aulas, criação de grupos no aplicativo WhatsApp, planejamento do diagnóstico inicial, dentre outros assuntos que considerar pertinentes.

Após o recebimento da turma para o ano letivo e, posteriormente, o DCT, cada professor deve providenciar ainda **no mês de fevereiro**, o planejamento e aplicação de testes ou avaliações diagnósticas.

No ano de 2021, o trabalho deve continuar **sendo integrador, coletivo, interdisciplinar e contínuo** no desenvolvimento das ações de forma eficiente e eficaz. Nestes dias de planejamento inicial, espera – se que a equipe gestora organize:

- A apresentação da Instrução Normativa 001/2021 com foco na distribuição da carga horária de cada servidor e estrutura organizacional da rede;
- Apresente o PPP da Unidade Escolar e discuta as ações do ano, projetos, avaliações e outras discussões pertinentes;
- Faça a apresentação do DCT de Referência para elaboração do planejamento quinzenal de todas as etapas e modalidades ofertadas pela Rede de Ensino;
- Apresente a estrutura do planejamento quinzenal presencial e distribuição diária;
- Planejamento de ações que valorizem o acolhimento dos Alunos, Pais e Responsáveis.

5. AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

A Avaliação Diagnóstica é um instrumento pedagógico que ajuda a identificar a realidade de cada turma, a observar se os alunos apresentam ou não requisitos para o ano em curso e refletir sobre as dificuldades, definindo assim quais as intervenções pedagógicas necessárias para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. **O mesmo deve ser realizado ao longo do mês de fevereiro.**

Na Educação Infantil será enviado aos pais e/ou responsáveis ficha diagnóstica a ser respondida pelos pais (**ficha anexo 1**).

No Ensino Fundamental Anos Iniciais, cada professor deverá realizar Diagnóstico inicial de Leitura e Escrita individualmente, *on line* ou presencial e marcar a situação de cada aluno na ficha de leitura e escrita (**anexo 2**). O professor deve agendar o atendimento presencial, em forma de escala, previamente com os pais e/ou responsáveis pelos alunos e cumprir o protocolo de segurança da COVID-19.

No Ensino Fundamental Anos Finais e Educação de Jovens e Adultos - EJA, cada professor deverá elaborar e aplicar uma avaliação abrangendo os objetos do conhecimento em caráter de diagnóstico inicial dentro do componente sob sua responsabilidade.

Quando as aulas retornarem ao formato presencial, orientamos que cada Unidade Escolar, em que funcione o Ensino Fundamental, organize pelo menos **uma avaliação interna bimestral no mesmo formato das avaliações externas**, com questões objetivas e preenchimento de gabaritos a partir do 2º ano, objetivando assim, familiarizá-los com esta prática nacional, as quais também podem compor um dos instrumentos da nota do 3º ano e seguintes do Ensino Fundamental.

6. PLANEJAMENTO DAS AULAS

Em tempos de pandemia em que as aulas são ofertadas de maneira remota, o planejamento das aulas, conforme estrutura (**anexo 3 – Educação Infantil**) e (**anexo 4 – Ensino Fundamental**) deve ser feito **quinzenalmente de forma presencial** obedecendo os protocolos de proteção da saúde para enfrentamento da COVID-19. Este momento deve ser trabalhado coletivamente, incluindo a coordenação pedagógica.

Cada docente na Educação Infantil deve analisar o diagnóstico inicial, observando o desenvolvimento intelectual nas vivências diárias das crianças, comportamentos, limites e socialização das crianças com as crianças e das mesmas com os adultos.

Os docentes do Ensino Fundamental devem analisar o diagnóstico inicial, vislumbrando identificar quais os objetos do conhecimento alcançados e a alcançar no decorrer do ano letivo conforme os DCT.

A equipe deve ainda discutir as principais dificuldades encontradas e planejar atividades que possibilitem avanços significativos, considerando a especificidade vivenciada atualmente.

A equipe pedagógica é fundamental neste momento e, sempre que necessário, deve sugerir e intervir. **Pode ser proposto** redistribuição e nivelamento dos objetos de conhecimento, observando o tempo disponível para cada componente curricular.

No momento do planejamento é indispensável a consulta ao documento norteador, DCT Educação Infantil, Anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Referencial EJA, os quais serão encaminhados pela equipe da Supervisão.

Durante as aulas remotas, a Secretaria orienta que cada professor da Educação Infantil por meio do grupo whatsapp;

- Na primeira semana deve acontecer fortalecimento de vínculo da família com os professores;
- Enviar, duas vezes na semana, propostas de experiências contemplando os 6 (seis) direitos de aprendizagem em 5 (cinco) campos de experiência.
- Mais informações na Proposta de Educação Infantil (**anexo 5**)

Durante as aulas remotas, a Secretaria orienta que cada professor do Ensino Fundamental por meio do grupo whatsapp;

- Toda segunda-feira dar boas-vindas e explicar as atividades a serem desenvolvidas durante a semana;
- Realize contato individual com pais e/ou responsáveis para tirar dúvidas e acompanhar o desempenho dos alunos;
- Encaminhar, no mínimo, 3 atividades por semana, conforme as áreas de conhecimento, ou seja, **Linguagens:** Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte e Educação Física; **Matemática e Ciências da Natureza:** Ciências; e **Ciências Humanas:** História, Geografia e Ensino Religioso, conforme o DCT e distribuição de quantidade de aulas. **OBS:** Nos anos finais, encaminhar também atividades referentes ao componente curricular Projeto de Vida;
- Gravar e encaminhar pelo menos 1 vídeo explicando as atividades propostas.

7. CONSELHO DE CLASSE PEDAGÓGICO

O Conselho de Classe pedagógico é realizado em um dia letivo, momento muito importante para a escola e, principalmente, para o trabalho docente. É o espaço esperado para análise e avaliação do ensino e da aprendizagem, momento em que Direção, Supervisão, Coordenação, Orientação Educacional, Professores das turmas regulares e da Sala de Recursos e alunos, juntos, voltam o olhar para o caminho percorrido, e, traçam metas e ajustes que contribuam com o processo educacional.

Essa oportunidade inserida no Calendário Escolar da rede tem como finalidade principal, a autoavaliação dos resultados alcançados, da avaliação do desenvolvimento dos alunos e definição das próximas ações.

A orientação da SEMED é realização de pré-conselho nas escolas maiores para análise das situações individualmente, possibilitando, agilidade e maior reflexão sobre os problemas apresentados a cada bimestre.

A equipe deverá analisar no dia do Conselho de Classe Pedagógico:

- Fichas de atendimento das aulas remotas;
- Resultados bimestrais da aprendizagem;
- Critérios de avaliações;
- Socialização de boas práticas;
- Propostas para avanços no processo educacional;
- Metodologias de ensino utilizadas em sala de aula;

Após o Conselho de Classe Pedagógico.

O professor deverá:

- Reavaliar sua prática pedagógica;
- Replanejar os conteúdos não aprendidos e não ministrados;
- Planejar intervenção pedagógica com a equipe;
- Intervir onde for necessário.

A coordenação pedagógica deverá:

- Condensar atendimentos de acordo com a ficha de aulas remotas e fazer gerenciamento, em forma de gráfico, junto aos professores;
- Acompanhar o desenvolvimento das ações planejadas pelo professor;
- Orientar e contribuir com o planejamento do docente, bem como sua aplicabilidade em sala;

08. ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA OFERTADA NA REDE MUNICIPAL

8.1 EDUCAÇÃO INFANTIL.

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, início e o fundamento do processo educacional. A entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada.

Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas.

A instituição precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade.

Preconcebendo os eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC, seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento: conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.

Considerando que os campos de experiências na Educação Infantil, as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças têm como eixos estruturantes as interações e a brincadeira, assegurando-lhes os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se, a organização curricular da

Educação Infantil na BNCC está estruturada em cinco campos de experiências, no âmbito dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural. A definição e a denominação dos campos de experiências também se baseiam no que dispõem as DCNEI em relação aos saberes e conhecimentos fundamentais a ser propiciados às crianças e associados às suas experiências. Considerando esses saberes e conhecimentos, os campos de experiências em que se organiza a BNCC são: **O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.**

A transição da educação infantil para o ensino fundamental

A transição entre essas duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo **integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças**, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa. Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo.

Para isso, as informações contidas em relatórios, portfólios ou outros registros que evidenciem os processos vivenciados pelas crianças são considerados processos avaliativos de aprendizagem e ao longo de sua trajetória na Educação Infantil podem contribuir para a compreensão da história de vida escolar de cada aluno do Ensino Fundamental. Conversas ou visitas e troca de materiais entre os professores das escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental – Anos Iniciais também são importantes para facilitar a inserção das crianças nessa nova etapa do processo de escolarização.

8.2 O ENSINO FUNDAMENTAL I e II NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O Ensino Fundamental, com nove anos de duração, é a etapa mais longa da Educação Básica, atendendo estudantes entre 6 e 14 anos. Há, portanto, crianças e adolescentes que, ao longo desse período, passam por uma série de mudanças relacionadas a aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais, emocionais, entre outros. Como já indicado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos (Resolução CNE/CEB nº 7/2010)²⁸. Essas mudanças impõem desafios à elaboração de currículos para essa etapa de escolarização, de modo a superar as rupturas que ocorrem na passagem não somente entre as etapas da Educação Básica, mas também entre as duas fases do Ensino Fundamental: Anos Iniciais e Anos Finais.

A BNCC do **Ensino Fundamental – Anos Iniciais**, ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária **articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil**. Tal articulação precisa prever tanto a **progressiva sistematização** dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas **formas de relação** com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos.

Nesse período da vida, as crianças estão vivendo mudanças importantes em seu processo de desenvolvimento que repercutem em suas relações consigo mesmas, com os outros e com o mundo.

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos. Como aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/201029, “os conteúdos dos diversos componentes curriculares [...], ao descortinarem às crianças o conhecimento do mundo por meio de novos olhares, lhes oferecem oportunidades de exercitar a leitura e a escrita de um modo mais significativo” (BRASIL, 2010).

Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a progressão do conhecimento ocorre pela consolidação das aprendizagens anteriores e pela

ampliação das práticas de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças, considerando tanto seus interesses e suas expectativas quanto o que ainda precisam aprender.

Além desses aspectos relativos à aprendizagem e ao desenvolvimento, na elaboração dos currículos e das propostas pedagógicas devem ainda ser consideradas medidas para assegurar aos alunos um percurso contínuo de aprendizagens entre as duas fases do Ensino Fundamental, de modo a promover uma maior integração entre elas. Afinal, essa transição se caracteriza por mudanças pedagógicas na estrutura educacional, decorrentes principalmente da diferenciação dos componentes curriculares.

Ao longo do **Ensino Fundamental – Anos Finais**, os estudantes se deparam com **desafios de maior complexidade**, sobretudo devido à necessidade de se apropriarem das diferentes lógicas de organização dos conhecimentos relacionados às áreas. Tendo em vista essa maior especialização, é importante, nos vários componentes curriculares, **retomar e ressignificar as aprendizagens do Ensino Fundamental – Anos Iniciais no contexto das diferentes áreas**, visando ao aprofundamento e à ampliação de repertórios dos estudantes.

Nesse sentido, também é importante **fortalecer a autonomia** desses adolescentes, oferecendo-lhes condições e ferramentas para acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação.

Os estudantes dessa fase inserem-se em uma faixa etária que corresponde à transição entre infância e adolescência, marcada por intensas mudanças decorrentes de transformações biológicas, psicológicas, sociais e emocionais. Nesse período de vida, como bem aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010, ampliam-se os vínculos sociais e os laços afetivos, as possibilidades intelectuais e a capacidade de raciocínios mais abstratos. Os estudantes tornam-se mais capazes de ver e avaliar os fatos pelo ponto de vista do outro, exercendo a capacidade de descentração, “importante na construção da autonomia e na aquisição de valores morais e éticos” (BRASIL, 2010).

Assim, no Ensino Fundamental – Anos Finais, a escola pode contribuir para o delineamento do projeto de vida dos estudantes, ao estabelecer uma articulação não somente com os anseios desses jovens em relação ao seu futuro, como também com a continuidade dos estudos no Ensino Médio. Esse processo de reflexão sobre o que

cada jovem quer ser no futuro, e de planejamento de ações para construir esse futuro, pode representar mais uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e social.

9. MODALIDADES DE ENSINO OFERTADA NA REDE MUNICIPAL

9.1 EJA - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A **Educação de Jovens e Adultos** (EJA) é uma modalidade de ensino ofertada na Rede Municipal de Araguatins e traz consigo a concepção de inclusão social e oferta de continuidade ou conclusão do ensino fundamental II para aqueles que não tiveram oportunidades na idade própria. A EJA está disciplinada na LDB, em especial nos artigos 37 e 38, e possui DCN própria para sua oferta.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), em seu artigo 37º § 1º diz:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

A rede municipal NÃO possui o seu próprio referencial curricular da EJA, fazendo uso do Documento Curricular do estado do Tocantins para ser o norteador do planejamento docente.

9.2 EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial é normatizada no capítulo V- nos artigos 58, 59 e 60 da LDB, no artigo 58, é “definida da seguinte forma: “Entende-se por educação especial, para efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente a rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. Utilizando as terminalidades atuais de acordo com a Organização das Nações Unidas – ONU, o termo “portadores de necessidades especiais” passando a ser denominado “pessoas com deficiência”, que possuem necessidades educacionais específicas.

A Educação Especial é a modalidade da Educação Escolar entendida como um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais específicos, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns.

É a garantia da educação escolar e a promoção do desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais específicas, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Os objetivos da educação especial são os mesmos da educação em geral, o que difere é o atendimento, que passa a ser de acordo com as diferenças individuais do educando.

A Educação Especial na Rede Municipal tem sido um dos desafios. Têm-se buscado dentro de suas limitações incluir estes alunos nas salas regulares. Prova disto é que já temos duas salas de recursos multifuncionais montadas e em funcionamento nas seguintes Unidades de Ensino: Escola Municipal Professora Nair Duarte e Escola Municipal Professora Maria de Lourdes Milhomem Fernandes, no entanto, necessitando de reestruturação.

As salas de recursos multifuncionais já instaladas na Rede Municipal devem atender a demandas dos alunos de todas as Unidades de Ensino do município que possuem as deficiências específicas amparadas pela Constituição Federal/88 em seus artigos 205, 208 e 209; pela Política Nacional de Educação Especial a Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/2008) e Decreto n. 7.611/2011 (principalmente).

A Rede Municipal de Educação de Araguatins mantém convênio com a APAE. Neste ambiente, as pessoas com deficiência, inclusive alunos da rede regular de ensino possuem atendimento educacional, psicológico e fisioterapêutico.

10. FORMAÇÕES

10.1 FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO

É garantido a todos os profissionais pedagógicos, inserido da carga horária conforme a resolução Nº 001/2021, formação continuada em serviço, ou seja, oportunidade de cada escola elencar e discutir temas pertinentes à sua demanda.

10.2 DOCUMENTO CURRICULAR DO TOCANTINS – DCT

O Documento Curricular do Tocantins – DCT para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental representa a entrega de um consistente processo participativo, transparente, democrático e, sobretudo, educacional. O mesmo foi elaborado de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O Estado do Tocantins, em regime de colaboração com seus 139 municípios, consolidou o Documento Curricular do Tocantins, aprovado e homologado pelo Conselho Estadual de Educação, por meio da Resolução nº 24, de 14 de março de 2019.

O Documento Curricular do Tocantins divide-se em quatro Cadernos, destinados às duas primeiras etapas da Educação Básica, sendo um da Educação Infantil, organizado em cinco capítulos, a saber: Educação infantil como política; Diversidade e identidade cultural do Tocantins; Os profissionais e formação docente; Organização do trabalho pedagógico; Os direitos de aprendizagem e as experiências cotidianas. Os demais cadernos destinam-se ao ensino fundamental, estruturados por competências e habilidades e organizados por área de conhecimento: Linguagens; Ciências Humanas e Ensino Religioso; Ciências da Natureza e Matemática.

O município de Araguatins, por meio do Conselho Municipal de Educação homologou os DCT.

10.3 REDE COLABORAÇÃO

A Rede ColaborAção Tocantins (RCT), articulada pela União dos Dirigentes Municipais de Educação – seccional Tocantins (Undime-Tocantins), é resultante de um trabalho coletivo, grupos e instituições que atuam na educação: Dirigentes Municipais de Educação (DME); membros do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude do Ministério Público do Tocantins (Caopije/MPETO); pesquisadores da Universidade Federal do Tocantins do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Municipal e Observatório de Sistemas e

Planos de Educação (GepeEM/ObSPE/UFT) e professores da Rede Pública Municipal e Estadual de Ensino do Tocantins.

Na ausência de um plano nacional de enfrentamento a crise educacional derivada da pandemia ocasionada pela Covid-19, e com as atividades educacionais suspensas desde meados de março de 2020, representantes de algumas instituições e alguns profissionais envolvidos com a educação municipal no estado do Tocantins, em regime de colaboração, articularam a criação de uma Rede de Colaboração Técnica Especializada, com o objetivo de “apoiar as redes e os sistemas municipais de educação/ensino do Estado do Tocantins no enfrentamento da crise educacional derivada da pandemia da Covid-19, notadamente, na sistematização da oferta educacional no período da pandemia e no processo de retomada das atividades educacionais, por meio de formação, acompanhamento e avaliação dos processos de gestão, ensino e aprendizagem”.

Especificamente definiu-se como objetivos:

- realizar diagnóstico das redes e dos sistemas municipais de ensino/educação;
- proporcionar formação para dirigentes municipais de educação, técnicos, equipes gestoras escolares e professores voltada para o enfrentamento da crise educacional;
- refletir sobre as orientações curriculares para aprendizagem de qualidade a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Documento Curricular do Território do Tocantins (DCT);
- disponibilizar rede de apoio e suporte técnico aos sistemas e redes municipais de educação/ensino para o enfrentamento da crise educacional, tendo como referência a legislação relacionada à Covid-19;
- acompanhar e avaliar as ações propostas pelas redes e sistemas municipais de educação/ensino, com base na legislação relacionada à Covid-19;
- realizar Seminário da Superação da Crise com a participação de palestrantes estaduais e nacionais, vinculados ao campo democrático popular/crítico, a apresentação de trabalhos e a avaliação das ações realizadas pelas redes e sistemas municipais de educação/ensino.

11. PROGRAMAS

11.1 TEMPO DE APRENDER

Tempo de Aprender é um programa de alfabetização abrangente, cujo propósito é enfrentar as principais causas das deficiências da alfabetização no país. Entre elas, destacam-se: déficit na formação pedagógica e gerencial de docentes e gestores; falta de materiais e de recursos estruturados para alunos e professores; deficiências no acompanhamento da evolução dos alunos; e baixo incentivo ao desempenho de professores alfabetizadores e de gestores educacionais.

Com o objetivo de melhorar a qualidade da alfabetização, o programa Tempo de Aprender propõe ações estruturadas em **quatro eixos**: **Eixo 1**: Formação continuada de profissionais da alfabetização; **Eixo 2**: Apoio pedagógico para a alfabetização; **Eixo 3**: Aprimoramento das avaliações da alfabetização; e **Eixo 4**: Valorização dos profissionais de alfabetização.

Já foi realizada adesão e está aguardando autorização para início.

11.2 EDUCAÇÃO CONECTADA

O Programa de Inovação Educação Conectada do Ministério da Educação tem o objetivo de apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade, por via terrestre e satelital, e fomentar o uso de tecnologia digital na Educação Básica.

Para isso, o Programa foi elaborado com quatro dimensões: visão, formação, recursos educacionais digitais e infraestrutura que se complementam e devem estar em equilíbrio, para que o uso de tecnologia digital tenham efeito positivo na educação.

A realidade brasileira é um desafio para as metas do programa que pretende capacitar profissionais, oferecer conteúdo digital às escolas, investir em equipamentos físicos para a conexão e apoiar técnica e financeiramente escolas e redes de ensino.

11.3 NOVO MAIS EDUCAÇÃO

O Programa Mais Educação instituído pela Portaria nº 1.144, de 10 de outubro de 2016, observa as determinações da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – com relação ao desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do

cálculo. Atende ainda ao fixado pela Lei quanto a progressiva ampliação do período de permanência na escola.

Maiores informações do programa, ver documento Orientador do Novo Mais Educação e Monitoramento do CAED, enviado para as Unidades Escolas participantes.

11.4 JEPP – JOVENS EMPREENDEDORES PRIMEIROS PASSOS

A educação empreendedora proposta pelo Sebrae para o Ensino Fundamental incentiva os alunos a buscar o autoconhecimento, novas aprendizagens, além do espírito de coletividade.

A ideia é a de que a educação deve atuar como transformadora desse sujeito e incentivá-lo à quebra de paradigmas e ao desenvolvimento das habilidades e dos comportamentos empreendedores.

O curso para esta etapa da Educação Básica é o Jovens Empreendedores Primeiros Passos – JEPP, destinado a fomentar a educação e a cultura empreendedora. O curso procura apresentar práticas de aprendizagem, considerando a autonomia do aluno para aprender, além de favorecer o desenvolvimento de atributos e atitudes necessários para a gestão da própria vida.

Essa visão vai ao encontro dos quatro pilares da educação propostos pela Unesco:

- Aprender a conhecer, isto é, adquirir os instrumentos;
- Aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente;
- Aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas;
- Aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes.

Dessa forma, o curso, aliado a um ambiente propício à aprendizagem, favorece o envolvimento dos jovens estudantes no próprio ato de fazer, pensar e aprender. Essas são características fundamentais dos comportamentos empreendedores, nos quais o estudante e o grupo em que está inserido reconhecem que suas contribuições são importantes e valorizadas.

Com a proposta pedagógica do JEPP para cada ano do ensino fundamental, por meio de atividades lúdicas, o ambiente da aprendizagem sensibiliza os estudantes a assumirem riscos calculados, a tomarem decisões e a terem um olhar observador

para que possam identificar, ao seu redor, oportunidades de inovações, mesmo em situações desafiadoras.

Aguardando adesão.

11.5 OBMEP – OLIMPÍADA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS

A Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas - OBMEP é um projeto nacional dirigido às escolas públicas e privadas brasileiras, realizado pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada - IMPA, com o apoio da Sociedade Brasileira de Matemática – SBM, e promovida com recursos do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC.

Criada em 2005 para estimular o estudo da matemática e identificar talentos na área, a OBMEP tem como objetivos principais:

- Estimular e promover o estudo da Matemática;
- Contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica, possibilitando que um maior número de alunos brasileiros possa ter acesso a material didático de qualidade;
- Identificar jovens talentos e incentivar seu ingresso em universidades, nas áreas científicas e tecnológicas;
- Incentivar o aperfeiçoamento dos professores das escolas públicas, contribuindo para a sua valorização profissional;
- Contribuir para a integração das escolas brasileiras com as universidades públicas, os institutos de pesquisa e com as sociedades científicas;
- Promover a inclusão social por meio da difusão do conhecimento.

O público-alvo da OBMEP é composto de alunos do 6º ano do Ensino Fundamental até último ano do Ensino Médio. Em 2018, mais de 18 milhões de alunos de participaram da olimpíada.

A SEMED orienta a participação de TODAS as escolas da Rede Municipal.
<http://www.obmep.org.br>

Em 2020, em decorrência da pandemia da COVID-19 não teve edição das Olimpíadas.

11.6 OLIMPIADAS DE LINGUA PORTUGUESA

A Olimpíada de Língua Portuguesa é um concurso de produção de textos para estudantes de escolas públicas de todo o país. Iniciativa do Ministério da Educação e do Itaú Social, com coordenação técnica do CENPEC, a Olimpíada integra as ações desenvolvidas pelo Programa Escrevendo o Futuro.

Em 2019, a partir do tema “O lugar onde vivo” e tendo como homenageada a escritora Conceição Evaristo, a 6ª edição da Olimpíada teve a participação de 85.908 professores, de 42.086 escolas, distribuídas em 4.876 municípios brasileiros.

Professores inscritos orientaram seus estudantes a escreverem textos nas categorias Poema (5º ano EF), Memórias Literárias (6º e 7º anos EF), Crônica (8º e 9º anos EF) e Artigo de opinião (3º ano EM), e a produzirem um documentário (1º e 2º anos EM). Após essas atividades em sala de aula, professores e estudantes que passaram pelas etapas Escolar, Municipal e Estadual, viajaram para São Paulo para participar dos cinco Encontros de Semifinalistas, um por categoria.

A SEMED orienta a participação de TODAS as escolas da Rede Municipal.
www.escrevendoofuturo.org.br

Em 2020, em decorrência da pandemia da COVID-19 não teve edição das Olimpíadas.

12 SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO - SEMED

É um conjunto de instrumentos composto de informações quantitativas e qualitativas que utilizados com fidedignidade identificam os pontos fortes e frágeis para a elaboração dos planos de intervenção.

- Educação Infantil serão: Ficha Perfil do Atendimento (anual) - SIGE e ficha de habilidades bimestrais.
- 1º ao 5º ano, serão: Ficha Perfil do Atendimento (anual) - SIGE, fichas de Leitura e Escrita e Fichas de aulas remotas.
- 6º ao 9º ano, serão: Orientações mediante visitas as U.Es.

A fichas de gerenciamento de dados de todas as Unidades Escolares deverão ser entregues na SEMED até o dia 05 de cada mês, impreterivelmente.

As devolutivas às Unidades Escolares serão elaboradas e encaminhadas por cada supervisor até 10 dias do recebimento das fichas na SEMED.

Em tempos de pandemia, prevalecem as fichas de leitura e escrita para diagnóstico e a ficha de atendimento das aulas remotas mensalmente (**anexo 6**).

13 REFORÇO ESCOLAR

É um projeto sério, com finalidades definidas para a construção do conhecimento. Portanto, não pode ser uma aula avulsa, sem planejamento e sem nenhuma ligação com o cotidiano do aluno.

As escolas deverão garantir as horas destinadas ao reforço escolar, conforme a Instrução Normativa nº. 001 de janeiro de 2021, diversificando as atividades e utilizando material concreto de acordo ao planejamento a fim de um bom desenvolvimento dos educandos.

Em tempos de pandemia, o reforço fica suspenso.

14. COMPETE À SUPERVISÃO ESCOLAR

1. Orientar as Unidades Escolares na elaboração dos Planos de Aulas, organização dos Conselhos de Classe, reestruturação do PPP e Intervenções Pedagógicas, cumprimento do Calendário Escolar, ou conforme solicitação;
2. Realizar acompanhamento junto as Unidades Escolares; Sede, quinzenalmente e Rural mensalmente, mediante apresentação de pauta;
3. Fazer devolutiva de cada acompanhamentos às Unidades Escolares;
4. Participar, efetivamente das ações das UEs com sugestões que viabilizem as intervenções pedagógicas para a melhoria na qualidade do ensino e aprendizagem;
5. Realizar monitoramentos das fichas mensalmente e fazer devolutivas do monitoramento com os ajustes necessários;
6. Realizar formações pedagógicas para as equipes escolares;
7. Acompanhar a realização dos Conselhos de Classes, no mínimo, na zona urbana;
8. Orientar as Unidades Escolares quanto a participação em competições Nacionais, OBMEP, Olimpíada de Língua Portuguesa, e outros;

9. Orientar a equipe gestora quanto a importância da participação das escolas municipais no Prêmio Gestão, Professor Nota 10, Professores do Brasil e outros.

Em tempos de pandemia, os Supervisores deverão:

- Realizar reuniões com equipe das escolas sob sua responsabilidade, on line e/ou presencial, **mensalmente** seguindo protocolo de saúde em enfrentamento ao COVID-19;
- Acompanhar a equipe gestora das escolas sob sua responsabilidade, orientando e tirando dúvidas pedagógicas;
- Acompanhar os grupos de whatsApp;
- Orientar o preenchimento das fichas;
- Participar dos Conselhos de Classe bimestralmente, on line e/ou presencial conforme decisão da Unidade Escolar;
- Elaborar e encaminhar às escolas devolutivas conforme prazo;

15. COMPETE ÀS UNIDADES ESCOLARES

1. Garantir o alcance das metas pedagógicas propostas do PME e demais programas da rede;
2. Organizar o Planejamento Pedagógico, verificando espaço, materiais necessários de modo que favoreça o ensino e aprendizagem;
3. Analisar os resultados das avaliações internas e externas por ano, verificando os conteúdos aprendidos, não aprendidos e não ministrados;
4. Organizar intervenções pedagógicas em tempo hábil para melhoria do aprendizado;
5. Realizar, se necessário, com a participação e apoio da Supervisão, Direção, Coordenação, professor e Orientação Educacional o nivelamento conforme as dificuldades apresentadas no diagnóstico inicial;
6. Cumprir os 200 dias letivos previstos no Calendário Escolar;
7. Organizar os Conselhos de Classe e reuniões com a Equipe Escolar;
8. Promover a participação de todos os envolvidos no processo educacional;
9. Utilizar os recursos tecnológicos e materiais didáticos disponíveis para a realização de aulas diferenciadas;

10. Orientar o professor a fazer uso de outras metodologias de ensino dos conteúdos diferentes das utilizadas;
11. Garantir fidedignidade dos dados enviados a SEMED;
12. Cumprir com as datas estabelecidas para entrega de documentos;
13. Participar das formações e inovar suas práticas a partir das mesmas;
14. Garantir o preenchimento do SIGE nos prazos estabelecidos;
15. Participar das competições Nacionais como: OBMEP, Olimpíadas de Língua Portuguesa e outras.

16. COMPETE AO PROFESSOR

- 1 Fazer seu Plano de Aula **presencial** conforme a etapa, modalidade e/ou série/ano de lotação baseando-se no DCT Tocantins;
- 2 Criar grupo de whatsApp de sua turma;
- 3 Realizar diagnóstico inicial conforme sua turma;
- 4 Planejar considerando as aprendizagens detectadas no diagnóstico de sua turma;
- 5 Analisar os resultados alcançados nas avaliações internas e externas, caso haja, agregando-os ao seu planejamento;
- 6 Realizar, se necessário, o nivelamento, conforme as dificuldades apresentadas no diagnóstico inicial;
- 7 Participar de reuniões e formações continuadas propostas pela rede;
- 8 Preencher periodicamente as fichas solicitadas.

17. AO FINAL DE CADA ANO ESPERA-SE DO ALUNO DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS:

ANO	IDEAL	MÍNIMO
1º ANO	Leia pequenos textos	Leia palavras
2º ANO	Leia pequenos textos	Leia frases
3º ANO	Leia textos com fluência	Leia textos silabando
4º ANO	Leia textos com fluência	Leia textos palavra por palavra
5º ANO	Leia textos com fluência	Leia textos com fluência

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Laurinda R., PLACCO, Vera M^a N. de S. **O coordenador pedagógico e o espaço de mudança**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

ALMEIDA, Laurinda R. O relacionamento interpessoal na coordenação pedagógica. In.: ALMEIDA, Laurinda R., PLACCO, Vera M^a N. de S. **O coordenador pedagógico e o espaço de mudança**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

ARAGUATINS. *Roteiro Comentado para a Elaboração do Plano de Curso e de Aula de 2011*. SEDUC/TO. 2011.

BAFFI, Maria Adelia Teixeira. *O planejamento em educação: revisando conceitos para mudar concepções e práticas*. In.: BELLO, José Luiz de Paiva. **Pedagogia em Foco**, Petrópolis, 2002. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/fundam02.htm>>. Acesso em: 10 de jan. de 2012.

BARBOSA, Ana Paula de Sousa. **Ambiente e Educação: concepções e práticas dos educadores nas escolas municipais de Colinas do Tocantins – TO**. Dissertação (Mestrado Profissional Multidisciplinar em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) Universidade Federal do Amazonas. Manaus – AM, 2009.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF. 1997.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA. **O Coordenador Pedagógico e a Formação de Professores: Intenções, Tensões e Contradições**. Editora Abril [S.L], 2011.
HOMBURG, Nice; SILVA, Rubia da. *Teorias sobre currículo: uma análise para jan-jun/2007*.

BRASIL - **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LEI Nº. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

LUCKESI, Cipriano. *Avaliação da aprendizagem escolar*. São Paulo, Cortez, 1998, 7^a edição.

MATOS, F.G. *Empresa que Pensa: Educação Empresarial-Renovação Contínua a Distância. Planejamento* 2014. Disponível em: <revistaescola.abril.com.br/planejamento/>.

TOCANTINS. Secretaria de Estado da Educação e Cultura. *Referencial Curricular do Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano*, 2009.

VEIGA NETO, ALFREDO. *De Geometrias, Currículo e Diferenças IN: Educação e Sociedade, Dossiê Diferenças-2002*.

ANEXOS